

CARTA POLÍTICA 240

5 de março de 2021.

"É uma promessa de ajuste de futuro. Tem que ver se isso vai se concretizar".

(Manoel Pires, do Observatório Fiscal do Ibre/FGV)

A semana trouxe uma vitória de Guedes e da equipe econômica, com a aprovação da PEC Emergencial no Senado, sem fatiamento e sem colocar os gastos com o Bolsa Família fora dos limites impostos pelo Teto de Gastos.

Pelo texto aprovado, uma vez sendo acionados os gatilhos, não poderão ser concedidos aumentos salariais ou criação de bônus a servidores, e nem poderão ser contratados novos funcionários. Estados e Municípios terão a possibilidade, prerrogativa do Executivo, de acionar os gatilhos em suas respectivas esferas também. **Se não acionarem, não terão aval da União para empréstimos.**

Os gatilhos serão acionados quando as despesas correntes superarem 95% das receitas para estados e municípios, e pela União quando o mesmo ocorrer ou quando for descumprida a regra de ouro. A forma como se contam as despesas foi uniformizada, evitando interpretações permissivas de tribunais sub-federais.

A PEC também permite um limite de R\$ 44 bilhões fora do Teto com o auxílio-emergencial, a ser regulamentado via MP que será enviada após sua aprovação pela Câmara.

O projeto também prevê que em até seis meses o governo envie projeto para reduzir os benefícios tributários da união, de 4,2% para 2% do PIB em dois anos. Infelizmente, deixou de fora dos cortes possíveis os principais incentivos fiscais: fundos de desenvolvimento regional, o Simples, a Zona Franca de Manaus, entidades sem fins lucrativos, a cesta básica e o ProUni. **É difícil imaginar que o governo consiga aprovar a redução desses benefícios.**

As decepções vieram na velocidade do ajuste. O nível de comprometimento das receitas previsto pela PEC só deve ser atingido em 2024 ou 2025, e Guedes não conseguiu estipular que os gatilhos estejam acionados por até dois anos após um estado de calamidade ser decretado, mas sim apenas durante a duração desse período.

